

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE
DESENVOLVIMENTO URBANO
AO PROJETO DE LEI Nº 483, DE 2015.**

Dispõe sobre os usos a serem
priorizados para as águas oriundas da
Integração do rio São Francisco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As águas oriundas das obras de integração do rio
São Francisco deverão ser prioritariamente utilizadas, observada a ordem dos
incisos, para atender às necessidades de:

I – abastecimento humano;

II – dessedentação animal;

III – irrigação agrícola;

IV – saneamento público;

V – piscicultura;

VI – demais usos.

Art. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 16 de agosto de 2017.

Deputado **Givaldo Vieira**
Presidente